

"Gestão" da dívida pública e bloco no poder: uma análise comparativa entre os governos FHC, Lula e Dilma

Lucas Milanez de Lima Almeida

Professor de Economia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Eric Gil Dantas

Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Paulo Antônio de Freitas Balanco

Professor de Economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

“Gestão” da Dívida Pública e Bloco no Poder: uma análise comparativa entre os governos FHC, Lula e Dilma

Resumo: Neste artigo procuramos demonstrar que a política econômica brasileira adotada durante o período de 1995 a 2014, particularmente no que diz respeito à gestão da dívida pública, não sofreu significativas alterações e esteve em sintonia com a preservação da posição hegemônica do setor financeiro no bloco no poder. Utilizou-se a metodologia da Análise Discriminante, de forma a organizar os dados mensais em classes de acordo com as semelhanças apresentadas por eles. As informações agrupadas pelo critério de vizinhança mostraram uma tendência acentuada para a homogeneização das decisões ligadas à gestão da dívida pública nos governos FHC, Lula e Dilma. Com isso, concluímos que este aspecto da política econômica reforça a tese da predominância da fração de classe financeira no bloco do poder atualmente constituído no Brasil.

Palavras chave: 1. Bloco no poder; 2. Dívida pública; 3. Burguesia financeira.

Power bloc and public debt “management”: a comparative analysis of FHC, Lula and Dilma governments

Abstract: In this article we try to demonstrate that the Brazilian economic policy adopted from 1995 up to 2014, especially regarding the management of the public debt, underwent no significant changes, being in line with preserving the hegemonic position of the financial sector on the Power Bloc. We used the Discriminant Analysis methodology, in order to arrange the monthly data into classes according to their similarities. The information grouped by neighborhood criterion showed a marked tendency to homogenization of the decisions linked to the management of the public debt during the presidential terms of FHC, Lula and Dilma. Thus, we conclude that this aspect of the economic policy reinforces the thesis of the predominance of the financial bourgeoisie class fraction in the current Brazilian Power Bloc.

Keywords: 1. Power bloc; 2. Public debt; 3. Financial bourgeoisie.

As políticas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo brasileiro em 2015 reaqueceram o debate em torno da questão crucial do orçamento e dos gastos do governo: até que ponto a maior parte das despesas do Estado, tais como assistência e previdência sociais e a oferta de serviços públicos de qualidade, pode ser negligenciada em favor de uma determinada classe?

Alterações no seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, políticas sociais, contratação e aposentadoria dos servidores públicos, redução de verbas para educação, etc. foram algumas das medidas destinadas à redução das despesas governamentais. Com a finalidade de elevar as receitas, foi anunciado o aumento de impostos, a retirada de incentivos à produção e comercialização de mercadorias, elevação das contribuições previdenciárias, etc. O objetivo destas medidas seria gerar um superávit primário de R\$ 55,3 bilhões, tal como anunciado em maio de 2015. Contudo, dois meses depois, foi anunciado um novo ajuste com o qual, apesar da elevação do corte orçamentário para 79,4 bilhões de reais, o governo reduziu a meta de superávit para 8,7 bilhões de reais. Todo este esforço visa garantir o pagamento das “obrigações” advindas do endividamento público que, em agosto de 2015, chegou a 4 trilhões de reais, sendo 3,77 trilhões referentes à dívida interna e 245 bilhões de dívida externa.

Tal maneira de governar, cuja fundamentação econômica encontra-se na dominação do capital financeiro e sua expressão política no neoliberalismo, começou a ser introduzida no país no início dos anos 1990, com os presidentes Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, sendo consolidada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e continuada no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (FILGUEIRAS, 2006; CARCANHOLO, 2010). Filgueiras *et. al.* (2010) afirmam que no segundo mandato do governo Lula ocorreu uma flexibilização na política econômica que, contudo, não alterou profundamente as bases neoliberais. Teixeira e Pinto (2012) e Boito Jr. (2012), além de concordarem com tal percepção, mencionam que em seu primeiro mandato Dilma Rousseff

seguiu os preceitos do seu antecessor e manteve o afrouxamento no tripé macroeconômico.

Por outro lado, Boito Jr. e Berringer (2013) chegam a afirmar que a mudança ocorrida durante os governos do Partido dos Trabalhadores manifestou uma alteração na correlação das forças que compõem o Estado brasileiro. Segundo os autores, as classes ligadas ao capital financeiro internacional haviam perdido seu papel central, tal qual gozavam na década de 1990, colocando-se, assim, em oposição às medidas econômicas e sociais tomadas por Lula e Dilma.

Parte importante dos indicadores que podem mostrar a relação entre o Estado e uma classe social está contida no Orçamento e na Execução das Despesas de cada governo. A maneira através da qual os gastos são realizados mostra os interesses defendidos em cada momento. Por exemplo, Almeida (2015) mostra que os juros e encargos, a amortização e o refinanciamento da dívida pública corresponderam a, em média, mais da metade das despesas realizadas nos governos do PSDB e do PT. Diante disto, no presente trabalho, interessa saber, através do canal chamado “gestão” da dívida pública, se houve semelhanças na relação entre os governos FHC, Lula e Dilma e o setor financeiro, o que indicaria algum grau de dominância – e possível continuidade – da fração de classe financeira no bloco no poder.

Assim, a questão que se põe é a seguinte: há diferenças efetivas no que se refere à administração da dívida pública nestes três governos, tendo em vista que esta é uma das principais fontes de renda extraída do Estado pelo capital financeiro? A hipótese levantada é a de que, apesar da aparente mudança registrada pelos referidos autores, a componente da política econômica que garante a transferência de recursos para a classe financeira foi mantida entre 1995 e 2014, o que fortalece a ideia de que esta classe permaneceu na fração dominante ao longo destes anos.

Além desta introdução, o trabalho compreende uma exposição, na seção a seguir, acerca dos conceitos poulantzianos inerentes à relação entre Estado e dominação de classe, assim como a questão da dívida pública. Em seguida, como instrumento de comprovação da hipótese, é apresentada a metodologia da Análise Discriminante e a aplicação do algoritmo de classificação dos dados mensais ligados à gestão da dívida. A seção 4 mostra os resultados obtidos e a

seção final compreende a análise dos dados, juntamente com as conclusões a que chegamos.

Estado e dominação de classe: uma abordagem amparada em Poulantzas¹

A efetivação do presente estudo requer a utilização de uma construção teórica inerente às ciências políticas, porém, de base materialista. Isto deve permitir a constatação da hipótese aqui levantada, qual seja, que uma determinada fração das classes dominantes brasileiras manteve, através de uma política econômica "preocupada" com a gestão da dívida pública, um canal de extração de riqueza durante os anos de 1994 e 2015. Por essa razão, a elaboração teórica de Nicos Poulantzas se apresenta como uma abordagem suficientemente robusta como referência principal para tal finalidade, além de contribuições de outros autores que seguem, parcialmente ou não, a trilha daquele autor.

Adicionalmente, é pressuposto que a fração de classe financeira é aquela que ocupa a posição de dominação entre as demais que integram o bloco no poder do Estado brasileiro, como a bibliografia citada já conclui. Por isso, antes de mais nada, e tendo em vista as limitações impostas pelo teor dos objetivos do presente estudo, o artigo apresenta sucintamente as concepções de capital financeiro e classe social por nós adotadas.

Primeiramente, tal como elaborou Hilferding (1985), e desenvolvido por Lênin (1984), o capital financeiro se caracteriza, potencializando os fenômenos da concentração e da monopolização, pela fusão dos capitais industrial, e/ou comercial, com o capital bancário. Contornando a discussão acerca da sua dinâmica – iniciativa já efetuada por Sabadini (2012) ao distinguir a visão tradicional da visão alternativa a respeito do capital financeiro – diante das

¹ Neste trabalho, adota-se uma base teórica apoiada fortemente em Poulantzas, mas, também, desenvolvida mais recentemente por alguns autores que o utilizam como referência. Sendo assim, sem desconhecer a importância dos atuais debates poulantzianos acerca da teoria do Estado, como, por exemplo, algumas dimensões da luta de classes na formulação/reformulação desta teorização, dada a natureza do presente objeto de estudo, optou-se por não proceder a uma revisão destas discussões, preferindo, assim, afirmar a diretriz escolhida.

características estruturais do capitalismo atual e das formas de acumulação que se generalizaram (através do capital fictício, por exemplo), acredita-se que o capital financeiro possui dinâmica própria, a qual não necessariamente é dirigida pela lógica de acumulação bancária ou industrial, e tampouco apresenta-se como um momento de qualquer um destes dois tipos de capital. Torna-se mister, porém, admitir que o capital financeiro, como todo capital, se apropria do mais-valor produzido pela classe trabalhadora, seja sob a forma de lucro, juros ou até mesmo, como afirma Guillén (2011), “por mecanismos financeiros novos que antes não estavam nas mãos das diferentes frações separadas do capital” (IBID., p. 50).

Por sua vez, o conceito de classe social aqui adotado parte daquele definido por Lênin (1980), segundo o qual uma classe é determinada pela forma como seus integrantes se relacionam com os meios de produção (essencialmente a propriedade), pelo papel ocupado por eles na organização social do trabalho e pela maneira como participam da distribuição da riqueza social.

Diante disto, é possível afirmar que o capital financeiro se vincula a uma fração integrante do conjunto dos capitalistas que, ao mesmo tempo, compõem a classe social possuidora dos meios de produção, fundamento que caracteriza a burguesia em geral, mas difere das demais frações ligadas aos outros tipos de capital no tocante à participação na organização social do trabalho e à forma de apropriação da riqueza.

Complementando esta definição, e recorrendo a Poulantzas (s./d.), assevera-se que, além do critério econômico exposto acima, os critérios políticos e ideológicos são indispensáveis para “determinar e localizar as classes sociais numa formação social concreta” (IBID., p. 17), seja para classe operária ou para a pequena burguesia. Isto significa que na fração financeira da classe capitalista, além dos empresários que nela se enquadram do ponto de vista econômico, existe um conjunto de indivíduos que, por aderência política e ideológica, se harmonizam com ela.

Assim, o Estado é aqui entendido como uma esfera e um processo estratégicos onde se localizam, e se entrecruzam, as frações de classe do bloco no poder. Imediatamente, portanto, tratamos o conceito decisivo de *bloco no poder*, o qual “cumprirá a finalidade de realizar a mediação entre as dimensões abstrato-formal e concreto-real do Estado quando atuam como mecanismo

unificador entre a acumulação (capital em geral) e as frações de classe (pluralidade de capitais)" (PINTO; BALANCO, 2014, p. 40).

Como o objetivo aqui não se limita à análise política, mas inclui a econômica, faz-se necessário identificar claramente "o espaço e o lugar da economia, o espaço das relações de produção, de exploração e de extração do excesso de trabalho (espaço de reprodução e de acumulação do capital e de extração da mais-valia no modo de produção capitalista)" (Poulantzas, 1980, p. 20). A base econômica, ou a infraestrutura, em qualquer modo de produção, inclusive no capitalismo, nunca se constituiu um "nível hermético e enclausurado", que se auto-reproduz e desenvolve leis próprias de funcionamento. Isto quer dizer que a esfera político-estatal, uma instância superestrutural do modo de produção está, sob diferentes maneiras, intrinsecamente presente no âmbito das relações de produção, portanto, de tal forma que se estabelece uma relação simbiótica entres estas duas esferas. Deste modo, o capitalismo se reproduz, e assume diferentes formas ao longo de sua história, espelhando transformações simultâneas entre a economia e o Estado. À vista disso, o Estado atua, relativamente à economia, cumprindo papéis presentes também no seio das relações de produção e reprodução (IBID., p. 20-21).

Se o Estado, sobretudo no que tange às classes dominantes, exerce o papel de organizador, isto quer dizer que ele o faz, particularmente quanto à burguesia, de acordo com o interesse político do bloco do poder no longo prazo. Este, por sua vez, é constituído por várias frações de classe, particularmente frações das classes dominantes, mesmo aquelas remanescentes de modos de produção pretéritos, mas ainda presentes em uma determinada formação social capitalista (IBID., p. 145).

Este papel organizador executado pelo Estado deve ser visto como o operador da unidade conflituosa decorrente das alianças e do equilíbrio, embora instável, que são fixados entre os membros do bloco do poder. Contudo, deve ser destacado, que tal unidade somente pode ocorrer mediante o exercício da hegemonia e direção por parte de uma das classes (ou frações) que integram o bloco do poder. Ademais, a unificação e organização da burguesia e do bloco do poder mediante a ação do Estado decorre da *autonomia relativa*

que este desfruta relativamente a essas frações e que remete à própria, nas palavras de Poulantzas, “autonomia constitutiva do Estado capitalista”.

Afirma-se que a burguesia se apresenta dividida em diversas frações de classe, divisão esta que remete tanto ao capital monopolista quanto ao capital não monopolista, muito embora, por outro lado, o capital monopolista deva ser visto como compondo uma unidade contraditória e desigual, pois denota uma “fusão” entre várias frações do capital, de maneira nenhuma representando uma integração monolítica. Ao mesmo tempo, tais frações, embora em graus diferenciados, se posicionam no campo da dominação política compondo o bloco do poder. Entretanto, a hegemonia relativa do Estado perante as frações das classes dominantes é sempre mantida, mesmo que, o processo de monopolização atual e a hegemonia do capital monopolista se efetive sobre o conjunto da burguesia. Ao tempo em que se reconhece que esta situação pode restringir a autonomia do Estado mas não anular já que a este deve ser delegado o papel incontornável de organizador do interesse geral da burguesia (IBID., p. 146-147).

E, quanto ao bloco no poder, para defini-lo de maneira ainda mais precisa, acrescenta-se que o mesmo se constitui mediante a manifestação de três elementos, a saber, em primeiro lugar, um conjunto de instituições próprias do Estado capitalista, mas que liga este à luta política entre as classes. Quanto a este elemento, evidentemente, se a noção de bloco do poder é caracterizada de maneira dinâmica, então há que se considerar as mudanças que podem tornar as instituições datadas. Em segundo lugar, o bloco do poder se define também em função das práticas políticas das frações e classes dominantes, o que remete à natureza do bloco em uma dada formação histórica e em uma determinada conjuntura do capitalismo. Este elemento acentua aquelas frações que exercem a hegemonia, a qual, certamente, decorre da coesão político-ideológica que esta estabelece em determinadas conjunturas históricas e espaciais. Em terceiro lugar, o bloco do poder se define mediante o vínculo das frações ao modo de produção capitalista de maneira a estruturarem uma divisão no interior da burguesia como totalidade. Logo, trata-se das frações da burguesia que se estabelecem em função do capital visto como pluralidade, pressuposto para a conformação das diversas frações ligadas às formas concretas do capital, quais

sejam, a industrial, a comercial, a financeira e a agrária/agrícola (PINTO; BALANCO, 2014, p. 45-46).

Ainda, a definição do conceito de bloco no poder, ao mesmo tempo, remete à função da amplitude da hegemonia da classe ou fração que o comanda. O papel hegemônico, restrito ou amplo, é sempre exercido por segmentos que participam do espaço da dominação política, já que as classes apenas apoiadoras do poder de Estado não devem ser incluídas no bloco no poder. Dessa maneira, pode ser dito que a fração ou classe dominante que controla o bloco no poder exerce, simultaneamente, a hegemonia de forma restrita e ampla, sendo que esta última se estende sobre o conjunto da sociedade. Por outro lado, essa dupla característica hegemônica da fração dominante está articulada à questão da conjuntura das forças sociais.

No que concerne à relação entre o bloco no poder e a hegemonia, para os propósitos deste estudo é preciso chamar a atenção para as potenciais modificações do centro do poder no âmbito do sistema estatal. O centro do poder pode passar a ostentar uma autonomia relativa mais ou menos intensa em determinada conjuntura. Tal possibilidade se coloca porque o centro do poder tem sua força constituída a partir do âmbito da luta de classes, e não por possuir uma força endógena própria. Por essa razão, quando uma fração de classe passa a predominar politicamente, estamos diante de uma situação na qual essa fração desfruta "do controle ou influência que essa classe (ou seus representantes) pode exercer sobre o aparelho que concentra o poder efetivo" (CODATO; PERISSINOTO, 2001, p. 23).

Por fim, quando da definição do conteúdo de suas políticas, o Estado tende a refletir, por um lado, as relações contraditórias presentes em seu seio. Essas relações, e seus movimentos, se enraízam nas forças sociais constitutivas do bloco no poder em determinada conjuntura. Particularmente, a política econômica, talvez a mais relevante entre as políticas públicas encaminhadas pelo Estado, de forma alguma pode ser compreendida como o resultado da iniciativa exclusiva, e neutra, de especialistas ou técnicos, que atuam mediante o status de agentes públicos legitimados. Ao contrário, tal situação não seria diferente na situação brasileira, já que, a nosso juízo, no longo prazo, a política pública se conecta ao interesse da fração dominante no bloco no poder que ocupa a posição de hegemonia (OLIVEIRA, 2004).

Desnecessário afirmar que, aquilo que a linguagem econômico-política denomina de “intervenção estatal”, na verdade, expressa uma determinada correlação de forças no âmbito do bloco do poder, expressando uma circunstância de hegemonia que depende do momento histórico e da amplitude espacial em que a mesma se concretiza.

A dívida pública neste contexto teórico: entre a economia e a política

O interesse da literatura crítica brasileira a respeito da dívida pública não acompanha o tamanho do seu problema, apesar do crescente empenho das mesmas pelo tema nos últimos anos.²

Na atualidade, o trabalho crítico mais substantivo tem sido conduzido pela auditora fiscal aposentada Maria Lucia Fattorelli, que coordena o movimento “Auditoria Cidadã da Dívida”.³ A autora argumenta que o Brasil enfrenta um problema denominado “Sistema da Dívida”, correspondente a uma gestão do endividamento que, ao invés de aportar novas verbas para o Estado, que seria a lógica do endividamento público, as retira constantemente. Para Fattorelli (2013),

“O funcionamento desse sistema garante perpetuação do endividamento público externo e interno, pois as dívidas crescem de maneira acelerada devido à imposição de condições onerosas que exigem, continuamente a assunção de novas obrigações para pagar dívidas anteriores, em processos reiterados, sem transparência, cujo resultado é a dominação financeira e econômica e uma ofensa à soberania nacional” (IBID., p. 50).

A autora lista e discute dez “mecanismos” que abastecem o “sistema”: (i) ofertas excessivas de créditos e financiamento de megaprojetos; (ii) empréstimos bilaterais ligados; (iii) conversões sucessivas de dívidas públicas; (iv) capitalização de custos e condições onerosas e abusivas de empréstimos; (v)

² Os principais trabalhos dedicados à temática são produzidos pela ala *mainstream* das ciências sociais.

³ Esta organização tem por objetivo a instauração de uma auditoria na dívida pública brasileira, já prevista na Constituição de 1988.

transformação de dívidas privadas em públicas; (vi) negócios especulativos; (vii) salvamentos bancários; (viii) endividamento obrigatório por intermédio dos bancos privados; (ix) propostas enganosas de alívio de dívida que, na verdade, gera o aprofundamento do endividamento; e (x) modelo tributário injusto.

Outras duas importantes contribuições acerca do tema estão em Bin (2010), que relaciona sociologicamente a finança⁴ e a democracia liberal, tendo como objeto de pesquisa a dívida pública, e em Ferreira (2005), que discute quem são os proprietários dos papéis que compõem a dívida pública brasileira. Segundo Bin (2010),

“Um ponto de partida para conectar analiticamente a esfera política com a financeira é ver como esta última se relaciona com a democracia. No Brasil, depois de uma evolução errática de sua história republicana, a democracia liberal dá sinais de consolidação. No entanto, na questão econômica - ao tocar nesse ponto empurramos o conceito de democracia para longe de sua concepção liberal - o sentido tem sido o inverso, o que, aliás, é coerente com a própria consolidação das instituições liberais” (IBID, p. 5).

Entre os pontos em comum, presentes nas análises destes dois últimos autores, está a advertência para a presença de indivíduos do sistema financeiro inseridos nas principais instituições do Estado, ou do aparelho de Estado, responsáveis direta e indiretamente pela política econômica.⁵

Mediante uma investigação mais profunda, Codato *et. al.* (2016) também apresentam exemplos de dirigentes com este perfil circulando entre instituições desta natureza. Os autores realizaram uma pesquisa com os 39 diretores do Banco Central do Brasil (BCB) que circularam nos últimos vinte anos na instituição (abrangendo os governos FHC, Lula e Dilma). A principal conclusão a que chegaram foi a de que as diretorias de política econômica (em contraponto às diretorias meramente administrativas e fiscais) são ocupadas por pessoas oriundas de fora da instituição, principalmente do sistema

⁴ Bin (2010) trata a finança como um conceito relacionado às classes favorecidas no processo de transferência de mais-valia pela via financeira, e não como o clássico conceito formulado por Rudolf Hilferding.

⁵ A esse respeito há uma diversa bibliografia de matrizes teóricas diversas, da teoria da escolha racional ao marxismo, nacional e internacional, tal como Adolph (2013), Minella (1996), Novelli (1999), Oliveri (2007), Loureiro (1997), dentre muitos outros.

financeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que, adicionalmente, possuem uma formação baseada nos princípios do *mainstream* econômico. Outro achado importante, e que, de certa forma, também é posto a prova no presente artigo, é que não há diferenças no perfil destes diretores se compararmos os três governos, ou seja, independentemente de ser FHC, Lula ou Dilma, os diretores são oriundos do sistema financeiro e pertencem ao *mainstream*.⁶

A respeito das principais instituições de ensino de teoria econômica hegemônica no país, a Fundação Getúlio Vargas/RJ e a PUC-Rio são as que desfrutam da maior simpatia do capital financeiro. Loureiro (1997) diz,

“Ainda temos em termos de diferenciação das estratégias profissionais, o pólo constituído pela EPGE e pela PUC-Rio pode ser denominado “privatista”, não só pelo fato de os dois centros serem estabelecimentos de ensino privado, mas sobretudo por valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico. Além disso, também por estabelecerem laços estreitos com empresas privadas, particularmente com bancos, onde são consultores”. (IBID, p. 76-7).

Neste contexto, recorrendo à fórmula de Gramsci, é possível denominar estes profissionais, de acordo com Bin (2010), e em sintonia com a análise do *mainstream* realizada por Codato *et al.* (2016), de “intelectuais orgânicos das finanças”.

“Em momentos mais recentes, economistas atuando como intelectuais orgânicos da finança instalados no aparelho do Estado apareceram como figuras fundamentais para a reprodução dos [preceitos] universais do momento, como a estabilidade monetária e a responsabilidade fiscal. Na história mais recente, ao mesmo tempo que denunciavam a calamidade da inflação e desenhavam planos para contê-la, difundiam uma verdadeira cultura da instabilidade monetária, processo que lhes conferiu legitimidade e autoridade para, como pedagogos da instabilidade, diagnosticar e remediar os males do país” (BIN, 2010, p. 84).

⁶ Por outra via, outro autor que trata, nas suas palavras, das “anomalias do Sistema Monetário e da estrutura de mercado da dívida pública” é Nakano (2005). Para o autor, um dos problemas seria o fato de que “o Brasil é um país único no mundo, no qual o Banco Central determina diretamente a taxa de juros que remunera títulos da dívida pública” (IBID., p. 11).

Estes ideólogos são encontrados não somente no aparelho de Estado, mas também na academia e na mídia em geral: televisão, jornal impresso, rádio, portais de internet, etc. No entanto, a bibliografia se ressentia ainda de pesquisas empíricas neste sentido.

Ferreira (2005) discute dois outros aspectos centrais na política dos banqueiros, que também remete à pressão para a manutenção da dívida pública: sindicatos patronais e financiamento de campanha. As associações de classe,⁷ para o autor, se inserem dentro da disputa na sociedade pela hegemonia, aqui também no sentido gramsciano. Estas organizações patronais financeiras⁸ surgem justamente em função da ausência de monolitismo entre os capitalistas, o que, tendo em vista o interesse particular das diversas frações dominantes, torna imperiosa a prática do lobby, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Outra forma que abre caminho para este lobby é justamente o financiamento de campanhas eleitorais. Para corroborar o argumento do autor, apresentamos os dados levantados por ele a respeito da participação da contribuição dos bancos no financiamento aos principais candidatos à presidência nas eleições de 2002: José Serra 30,36%, Lula 23,75% e Ciro Gomes 12,19%.

Todavia, reforçando o que foi dito acima, constata-se uma lacuna na bibliografia crítica acerca da dívida pública, em boa medida porque a mesma não é tratada de forma estatisticamente comparativa e estrutural visando detectar as semelhanças e diferenças entre os diferentes governos. Ou seja, mediante o uso de procedimentos que permitam responder à pergunta de fundo: a dominação do capital financeiro manteve-se ao longo dos governos?

⁷ Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), Federação Brasileira de associações de Bancos – (FEBRABAN), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC) e Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI).

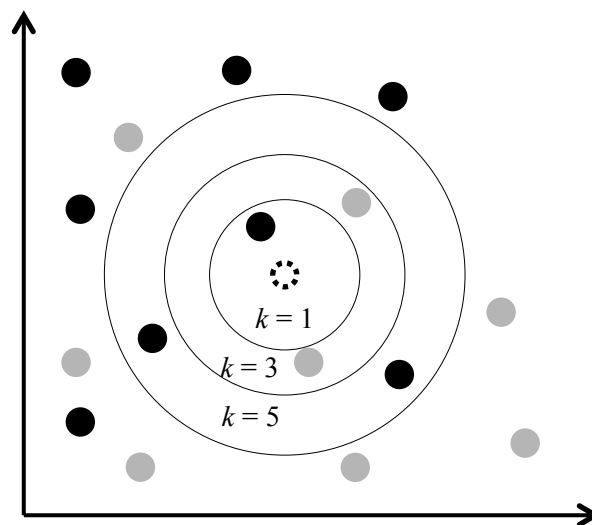
⁸ Ary Minella é provavelmente o principal pesquisador no Brasil sobre o tema, com importantes trabalhos tais como Minella (1988, 1996, 2007).

Metodologia

A Análise Discriminante (AD) é uma técnica amplamente utilizada no reconhecimento de padrões nas mais diversas áreas da ciência (Milanez e Pontes, 2014; Lei *et al.*, 2012; Wu, Liang e Yang, 2008; Liang e Wu, 2005; Lin e McClean, 2001; Altman, Marco e Varetto, 1994). A partir de um conjunto prévio de informações acerca de um fenômeno, a AD tem como um de seus objetivos classificar novas amostras deste fenômeno de acordo com suas similaridades e distinções em relação aos dados já conhecidos (Rencher, 1998 e 2002).

No presente trabalho, optou-se pelo uso do algoritmo *k-Nearest-Neighbors* (*k-NN*), tendo em vista seu caráter determinístico e não paramétrico (Bishop, 2006; Duda, Hart e Stork, 2001). Como o nome sugere, a classificação de cada observação pelo algoritmo *k-NN* depende dos seus *k* vizinhos mais próximos. Assim, sendo uma observação (valor de uma variável) um ponto e estabelecido seu entorno, o novo dado (valor da nova variável a ser classificada) será rotulado de acordo com a classe dos demais pontos (valores) que apresentarem maior frequência em sua vizinhança. A figura abaixo, em um espaço de duas dimensões, nos permite visualizar o que foi dito.

Figura 1 – Critério de seleção baseada nos *k* vizinhos mais próximos



Fonte: elaboração própria.

Pode-se observar que, se escolhido o primeiro vizinho mais próximo como critério de vizinhança ($k = 1$), a classificação do novo dado (círculo pontilhado) será na classe preta, pois no menor círculo contínuo (que representa a vizinhança de $k = 1$) a observação mais frequente pertence a esta classe. Caso seja selecionado um entorno com os três vizinhos mais próximos ($k = 3$), a classe será a cinza, pois, nesta vizinhança (círculo contínuo intermediário), esta é a que apresenta maior frequência, com uma bola preta e duas cinzas. Quando $k = 5$, ou seja, quando se busca a classificação de acordo com os cinco vizinhos mais próximos (vizinhança representada pelo círculo contínuo grande), a classificação retorna para o preto, já que a frequência de bolas pretas é de três e a de cinzas é dois.

Diante disto, percebe-se que a escolha do número de vizinhos é de grande relevância no processo de classificação, na medida em que cada um deles dará um voto para eleger a classe da nova observação. Baseando-se em Enas e Choi (1986), McLachlan (2004) sugere que a quantidade de vizinhos (k) deve ser um número ímpar (para minimizar as chances de empate) que mais se aproxime de:

$$k^* = (N)^{3/8}$$

Onde N é o total de observações.

O próximo passo, então, é estabelecer a métrica da distância entre os pontos. Quando os dados são números reais e estão na mesma unidade de medida, Hastie, Tibshirani e Friedman (2009) recomendam o uso da Distância Euclidiana (d), calculada da seguinte forma:

$$d(x, y) = \sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - y_i)^2}$$

Onde x e y são dois vetores de dimensão n .

Por fim, é preciso estabelecer as probabilidades das novas observações estarem contidas em cada classe. O critério adotado foi o da proporcionalidade, segundo o qual as chances de uma observação estar em uma classe serão dadas pela frequência relativa do tamanho de cada classe (n_i) em relação ao total de observações (N). A formulação é a seguinte:

$$p_i = \frac{n_i}{N}$$

Onde p_i é a probabilidade de uma nova observação estar contida na classe i .

Aplicação do Algoritmo k -NN

Como o objetivo do trabalho é verificar se há similaridades entre os dados mensais ligados à gestão do endividamento entre os governos FHC, Lula e Dilma, a técnica de classificação foi aplicada de maneira diferente daquela tradicionalmente utilizada.

O procedimento realizado consistiu em retirar da amostra total (N) uma única observação e considerá-la como se fosse nova (sem classificação). A partir disto, dos $N - 1$ dados restantes, utilizou-se o algoritmo k -NN para reclassificá-la de acordo com a sua vizinhança. Assim, foi possível saber a que governos (classes) cada uma das observações mensais se assemelhou mais.

Existem três possibilidades de classificação de cada nova observação: 1) de acordo com a classe (governo) original, neste caso temos um acerto do algoritmo; 2) de acordo com outra classe (governo), caso onde ocorre um erro de classificação;⁹ ou 3) o novo dado não é classificado. Esta possibilidade ocorre, por exemplo, quando há um empate na frequência das classes. Para evitar tal resultado, escolheu-se, como medida de desempate, o “voto de minerva” do vizinho mais próximo. Assim, se houver algum dado não classificado, sua classe será dada pela classe do primeiro vizinho mais próximo.

No presente estudo, cada “erro” representa um mês de um determinado governo, que foi classificado como diferente deste governo realmente

⁹ Nos quadros de resultados apresentados a seguir, os acertos ficam na diagonal principal e os erros nas demais células.

observado, na medida em que os valores se assemelharam mais ao ocorrido no período de outro presidente, em detrimento do original. Assim, quanto maior a taxa de erro, maior o grau de similaridade entre meses de governos diferentes.

A divisão dos dados em classes foi feita respeitando a ordem cronológica dos respectivos presidentes, tal como apresentado a seguir.

Quadro 1 – Divisão prévia dos dados segundo os mandatos presidenciais

Presidente (Classe)	Início	Fim
Fernando Henrique Cardoso (FHC)	Janeiro de 1995	Dezembro de 2002
Luiz Inácio Lula da Silva (Lula)	Janeiro de 2003	Dezembro de 2010
Dilma Vana Rousseff Dilma Rousseff (Dilma)	Janeiro de 2011	Dezembro de 2014

Fonte: elaboração própria.

As informações fornecidas pelo BCB se iniciam em janeiro de 1995, primeiro mês de mandato do Presidente FHC, e encerram em dezembro de 2014, último mês do primeiro governo Dilma Rousseff, totalizando 240 observações de cada variável. Os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) têm a mesma data final; porém, se iniciam apenas em janeiro de 1997. Assim, estes últimos totalizam 216 meses de informação. No caso do Produto Interno Bruto Mensal (PIB Mensal), os dados correspondem a uma estimativa feita pelo BCB, a partir de uma série de informações trimestrais e anuais. A partir desta estimativa mensal, calcula-se também o Produto Interno Bruto Acumulado (PIB Acumulado) nos doze meses anteriores, fornecendo, assim, um PIB anual de base móvel (baseado nos doze meses passados).

As variáveis mensais analisadas são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 2 – Variáveis analisadas com o algoritmo *k*-NN

Fonte	Variável	Total de observações (<i>N</i>)	Número de vizinhos (<i>k</i>)
BCB	Juros Nominais/PIB Mensal	240	7
	Resultado Primário/PIB Mensal	240	7
	Estoque da Dívida por Indexador/PIB Acumulado	240	7

STN	Receitas Financeiras/Receitas Totais			216	7
	Despesas Financeiras/Despesas Totais			216	7
	Encargos Totais da Dívida/Despesas Totais			216	7
	Endividamento Líquido/PIB Mensal	Mobiliário	Interno	216	7

Fonte: elaboração própria.

Os juros nominais correspondem ao montante de juros, com correção monetária, incidentes sobre as dívidas interna e externa. O resultado primário é a diferença entre as despesas e receitas primárias do governo, podendo ser superavitário ou deficitário. Já o estoque da dívida é o montante de dívida pública federal calculada com base na Taxa Interna de Retorno. As receitas financeiras correspondem aos recursos oriundos da emissão de títulos ao mercado e de outras operações de Crédito. As despesas financeiras são aquelas ligadas à amortização das dívidas interna e externa, à aquisição de garantias e a outras liberações. Os encargos totais da dívida compreendem as dívidas mobiliária e contratual interna e externa. Já o endividamento mobiliário interno líquido é dado pela diferença entre a emissão e a amortização dos títulos da dívida mobiliária interna.

Todos os dados analisados foram relativizados, seja pelo PIB ou pelas Despesas/Receitas Totais. Isto é necessário porque o que nos interessa é a relação entre os elementos da gestão da dívida pública e a realidade enfrentada por cada presidente naquele momento. Os valores absolutos, mesmo deflacionados, não mostrariam o nível de importância que cada governo deu à sua relação com o sistema financeiro. Além disso, dada a periodicidade das informações, foi realizado o ajuste sazonal do conjunto de variáveis, com o objetivo reduzir os vieses provocados por fatores que se repetem em determinados momentos do ano.

Visto isso, passemos aos resultados do estudo.

Resultados

O quadro abaixo mostra a reclassificação dos meses de governo segundo os juros nominais e o resultado primário, ambos como percentual do PIB, entre os governos FHC, Lula e Dilma.

Quadro 3 – Classificação dos meses de governo por meio das despesas mensais com juros nominais e pelo resultado primário em relação ao PIB: jan/95 a dez/14

Presidente	Total de Meses Analisados	Tabela de Reclassificação do Algoritmo		
		FHC	Lula	Dilma
FHC	96	47	37	12
Lula	96	34	43	19
Dilma	48	21	16	11
Total Algoritmo	240	102	96	42

Fonte: elaboração própria.

Em cada célula da Tabela de Reclassificação do Algoritmo temos a classificação dos meses de governo de acordo com o algoritmo *k-NN*. Analisando cada linha, veem-se como os meses de mandatos se reclassificaram de acordo com os seus sete vizinhos mais próximos, ou seja, com qual classe (governo) aquela observação se assemelhou mais. Já as colunas mostram a recomposição de cada classe segundo os critérios do algoritmo. Na diagonal principal da tabela de reclassificação têm-se os meses classificados corretamente, ou seja, a classe mais frequente dentre os sete vizinhos mais próximos corresponde à mesma classe (ao mesmo governo) que o dado analisado.

De acordo com o algoritmo, podemos observar que, da reclassificação dos 96 meses de governo FHC, um total de 47 meses foram rotulados corretamente e 49 não. Isto significa que em 51% meses de governo Fernando Henrique, os valores dos juros nominais e do resultado primário se assemelharam mais ao que ocorreu no período Lula (37 meses) e Dilma (12 meses) do que com o observado no governo tucano (49%).

No caso da classificação dos oito anos de governo Lula, 44,8% dos meses foram classificados corretamente, enquanto o erro de classificação foi de 55,2%. Assim, 53 meses de juros nominais e de resultado primário do governo Lula

foram reclassificados, dadas as similaridades entre os valores, como FHC (34 meses) ou Dilma (19 meses).

No governo Dilma, por sua vez, a taxa de acerto foi ainda menor, o que denota o elevado grau de semelhança dos juros nominais e do resultado primário do seu mandato com o dos demais governos. Apenas 22,9% dos 48 meses analisados (11 meses) foram reclassificados corretamente, enquanto 43,8% da variável em questão se assemelharam mais ao ocorrido durante os mandatos de FHC e 33,3% aos mandatos de Lula.

Analisando as colunas, como foi dito, vemos como ficou cada classe de acordo com os critérios de reclassificação do algoritmo. Com isto, é possível observar que dos 102 meses de juros nominais e resultado primário como proporção do PIB reclassificados como FHC, 47 (46,1%) de fato foram deste presidente, enquanto 34 (33,3%) meses correspondem a Lula e 21 (20,6%) a Dilma. Daqueles 96 rotulados como Lula, 37 (38,5%) foram de FHC, 43 (44,8%) de Lula e 16 (16,7%) de Dilma. Já aqueles 42 meses que foram reclassificados como sendo de governo Dilma, 12 (28,6%) foram de FHC, 19 (45,2%) de Lula e 11 (22,9%), de fato, dela.

No quadro a seguir, está a classificação dos governos segundo dois indicadores que evidenciam a manutenção da dependência do governo em relação ao setor financeiro, a saber, o percentual mensal das receitas e das despesas financeiras em relação às despesas e às receitas totais,¹⁰ respectivamente.

Quadro 4 – Classificação dos meses de governo por meio das receitas e despesas financeiras como proporção das receitas e despesas totais: jan/97 a dez/14

Presidente	Total de Meses Analisados	Tabela de Reclassificação do Algoritmo		
		FHC	Lula	Dilma
FHC	72	46	22	4
Lula	96	23	54	19
Dilma	48	3	19	26
Total Algoritmo	216	72	95	49

¹⁰ Receitas (Despesas) Fiscais + Receitas (Despesas) Financeiras = Receitas (Despesas) Totais

Fonte: elaboração própria.

O quadro mostra que a reclassificação dos 72 meses de governo FHC disponíveis, resultou numa taxa de acerto de 63,9%, na medida em que 46 meses foram reclassificados corretamente. Por outro lado, 30,6% dos meses (22 meses) de receitas e despesas financeiras de FHC se assemelharam mais ao que se registrou no governo Lula e 5,6% (4 meses) ao ocorrido na Era Dilma.

Analisando o governo Lula, percebe-se que 56,3% dos meses se reclassificaram de maneira correta (total de 54 meses). Porém, um total de 42 meses de receitas e despesas financeiras se aproximou mais do registrado durante os períodos FHC e Dilma do que com o próprio período Lula, com 23 e 19 meses, respectivamente.

No caso de Dilma, a taxa de reclassificação correta foi de 54,2% (26 meses), enquanto o erro total, que significa a reclassificação dos meses como sendo de outros governos, foi de 43,8%. Destes 22 meses que se assemelharam mais ao ocorrido no período de outros presidentes, 3 se classificaram como FHC e 19 como Lula.

Pela nova composição das classes observada nas colunas, é possível ver que, dos 72 meses de receitas e despesas financeiras em relação às receitas e despesas totais classificados como FHC, 46 (63,9%) foram de fato deste presidente, 23 (31,9%) foram meses de governo Lula e 3 (4,2%) de Dilma. Dos 95 meses reclassificados como Lula, 22 (23,2%) foram de FHC, 54 (56,8%) foram de Lula e 19 (20%) de Dilma. Já do total de 49 meses classificados como desta última, 4 (8,2%) foram meses de governo FHC, 19 (38,8%) de Lula e 26 (53,1%) realmente de Dilma.

Outro indicador da relação entre o setor financeiro e o governo é o chamado endividamento mobiliário interno líquido. No quadro abaixo está a classificação dos meses segundo este dado como proporção do PIB.

Quadro 5 – Classificação dos meses de governo por meio do endividamento mobiliário interno líquido como proporção do PIB: jan/97 a dez/14

Presidente	Total de Meses Analisados	Tabela de Reclassificação do Algoritmo		
		FHC	Lula	Dilma

FHC	72	27	27	18
Lula	96	33	47	16
Dilma	48	18	19	11
Total Algoritmo	216	78	93	45

Fonte: elaboração própria.

Novamente, ocorreu considerável semelhança entre os meses de governo dos três presidentes. No caso de FHC, 27 meses (37,5% do total) foram reclassificados corretamente. Os 45 meses restantes, reclassificados como mais semelhantes aos observados no período dos demais presidentes, se dividiram entre 27 meses (37,5% do total de FHC) rotulados como de Lula e 18 (25%) como Dilma.

No período dos mandatos Lula, 34,4% dos meses (33 meses) de endividamento interno líquido foram classificados, dada as semelhanças, como se fosse de FHC. Por outro lado, 49% se reclassificaram corretamente (47 meses) e outros 16,7% foram classificados como de Dilma (16).

Analisando os meses de Dilma Rousseff, vê-se que apenas 22,9% (11 meses) se reclassificaram corretamente, 37,5% dos meses (18) se aproximaram mais daquilo que foi visto durante a Era FHC e 39,6% (19 meses) àquilo visto durante os governos Lula.

Avaliando as colunas da Tabela de Reclassificação do Algoritmo, vê-se que, dos 78 meses de endividamento mobiliário interno líquido classificados como pertencentes ao governo FHC, 34,6% (27 meses) de fato foram de Fernando Henrique, sendo 42,3% (33) de governo Lula e 23,1% (18 meses) Dilma. Dos 93 meses classificados como governo Lula, 50,5% (47 meses) foram do operário, enquanto 29% (27) foram, na realidade, meses de mandato tucano e 20,5% (19) da presidente Dilma. No caso desta última, foi atribuído pelo algoritmo um total de 45 meses, sendo que apenas 24,4% (11 meses) de fato foram de dela, sendo 40% (18) de FHC e 35,6% (16) de Lula.

Abaixo é apresentada a classificação segundo as despesas com os encargos totais das dívidas mobiliária e contratual, interna e externa, em relação às despesas totais efetuadas a cada mês.

Quadro 6 – Classificação dos meses de governo por meio dos encargos totais da dívida como proporção das despesas totais: jan/97 a dez/14

Presidente	Total de Meses Analisados	Tabela de Reclassificação do Algoritmo		
		FHC	Lula	Dilma
FHC	72	19	40	13
Lula	96	38	45	13
Dilma	48	11	14	23
Total Algoritmo	216	68	99	49

Fonte: elaboração própria.

Observando os meses de encargos totais da dívida em relação aos gastos totais, novamente registrou-se grande semelhança entre os governos. Os 72 meses de governos FHC, quando reclassificados, foram rotulados como: 26,4% (19 meses) de FHC, 55,6% (40) de Lula e 18,1% (13) de Dilma. Já os 96 meses de governo Lula foram reclassificados da seguinte maneira: 39,6% (38 meses) como FHC, 46,9% (45) como Lula e 13,5% (13) como Dilma. Por sua vez, dada a vizinhança dos valores relativos dos encargos da dívida, os 48 meses de mandato de Dilma se reclassificaram da seguinte forma: 22,9% (11 meses) como FHC, 29,2% (14) como Lula e 47,9% (23) como Dilma.

Analisando as colunas e as novas classes formadas pelo algoritmo, vemos que, dos 68 meses reclassificados como FHC, apenas 27,9% (19 meses) de fato foram de Fernando Henrique. Os demais 49 meses foram de Lula (38 meses ou 55,9%) e Dilma (11 meses ou 16,2%). No caso da reclassificação de 99 meses como pertencentes ao governo Lula, 45,5% (45 meses) foram realmente deste presidente, enquanto 40,4% (40 meses) corresponderam ao período FHC e 14,1% (14 meses) ao período Dilma. No tocante à reclassificação dos 49 meses como sendo de Dilma Rousseff, 46,9% (23 meses) de fato pertencem a esta classe, enquanto 26,5% (13 meses) foram, igualmente, advindos de Lula e FHC.

Apesar das semelhanças constatadas até aqui, o quadro abaixo evidencia que a classificação dos meses de governo de acordo com a relação do estoque da dívida interna por indexador com PIB foi significativamente diferente.

Quadro 7 – Classificação dos meses de governo por meio do estoque da dívida por indexador* em relação ao PIB: jan/95 a dez/14

Presidente	Total de Meses Analisados	Tabela de Reclassificação do Algoritmo		
		FHC	Lula	Dilma
FHC	96	95	1	0
Lula	96	1	92	3
Dilma	48	0	2	46
Total Algoritmo	240	96	95	49

Fonte: elaboração própria.

* Câmbio, Taxa de Referência (TR), Selic, Prefixados e Índices de Preços

Tais informações permitem afirmar que os governos adotaram estratégias distintas no que é conhecido como gestão da dívida pública. Isso é visto pelo elevado grau de acerto na reclassificação dos meses feita pelo algoritmo.

A taxa de acerto para o governo FHC foi de 99%, com apenas um mês reclassificado incorretamente como Lula. No caso deste último presidente, 95,8% dos meses foram corretamente rotulados e apenas 4 meses foram reclassificados como Dilma. Por sua vez, 95,8% dos meses de mandato dela classificaram-se corretamente como Dilma Rousseff. Os demais meses se aproximaram mais do observado no período Lula e como tais foram reclassificados.

Para termos uma ideia do ocorrido com a composição da dívida nestes 20 anos, a tabela a seguir mostra a participação média dos títulos no total da dívida mobiliária em cada governo.

Tabela 1 – Participação média dos títulos por indexador no total da dívida mobiliária (%)

	Câmbio	TR	Selic	Preços	Prefixados
FHC	18,3	6,9	42,6	4,5	27,3
Lula	3,6	2,4	46,6	20,0	27,4
Dilma	0,4	0,5	25,6	33,3	40,2
Média do Período	8,8	3,8	40,8	16,5	29,9

Fonte: elaboração própria.

Baseando-se nas experiências internacionais, segundo Rocha (2009), no início dos anos 2000 ocorreu uma série de modificações na estrutura dos órgãos gestores da dívida brasileira. Com o objetivo de administrar um suposto *trade-off* entre os riscos e os custos, as diretrizes da gestão do endividamento seguiram a premissa de que é preferível a predominância de títulos indexados a fatores de menor volatilidade, porém, mais onerosos. Diante disto é possível perceber que, de fato, foi adotada a estratégia de trocar títulos atrelados a indexadores flutuantes (câmbio e juros) por aqueles atrelados a taxas fixas ou a índices de preços.

Durante o período FHC, os títulos atrelados à Selic predominavam sobre os demais, seguido dos prefixados e dos indexados ao câmbio. Com o presidente Lula, os títulos ligados à Selic continuaram a ter a maior importância em relação ao estoque total, seguido pelos prefixados e pelos atrelados aos índices de preços. Seguindo a lógica da “boa gestão” da dívida, pode-se dizer que ocorreu uma mudança, visto que os títulos com maior volatilidade, ligados ao câmbio, perderam importância em relação aos demais. Por fim, com Dilma, pode-se dizer que a dívida mobiliária brasileira passou a se resumir a títulos prefixados (40,2% do total), indexados aos preços (33,3%) e à Selic (25,6%), sendo os demais responsáveis por menos de 1% da dívida mobiliária total.

Porém, não por acaso, esta mudança na estrutura do estoque da dívida foi acompanhada pela mudança nos indexadores a ela atrelados. A tabela a seguir

mostra um índice não paramétrico de correlação entre a proporção dos títulos em relação ao total da dívida e a evolução dos indexadores aos quais estão atrelados os respectivos papéis.

Tabela 2 – Índice de correlação ρ de Spearman entre participação no total da dívida mobiliária e respectivo índice do indexador: jan/1995 a dez/2014

Câmbio	TR	Selic	Preços
0,044	0,784*	0,306*	0,929*

Fonte: elaboração própria.

* Significativo a 5%.

Todos os indexadores apresentaram correlação positiva entre a participação do título no estoque total de dívida e o respectivo índice que representa sua evolução. Assim, quanto maior o valor do indexador, maior o estoque de títulos atrelado a ele e vice e versa. Isto nos permite afirmar que, ao longo do tempo, a dívida tende a ser dominada pelos papéis que dão maiores rendimentos aos seus detentores, tendo em vista que, quando caiu o índice (fator determinante para o custo), caiu a participação no total da dívida, enquanto que, com a elevação do índice, aumentou a participação na dívida total. A exceção são os títulos atrelados ao câmbio, pois, dado o baixo nível de significância estatística, não necessariamente o aumento do câmbio está correlacionado com um aumento na participação relativa dos títulos a ele atrelado. Tais indícios nos levam a afirmar que, de fato, a estratégia de gestão tendeu a dirimir os “riscos” ligados a este último indexador.

A política econômica e a preservação do capital financeiro como a fração de classe hegemônica dentro do bloco no poder

A hipótese inicial deste artigo era a de que o segmento da economia representado pelo capital financeiro ocupa, há pelo menos duas décadas, a posição de fração dominante dentro do Bloco do Poder em vigência no Brasil. A finalidade deste estudo foi demonstrar que a política econômica adotada durante os mandatos presidenciais no período de 1995 a 2014, particularmente

no que diz respeito à gestão da dívida pública, não sofreu significativas alterações e esteve em sintonia com a preservação da posição daquela fração de classe.

Por essa razão, procurou-se constatar a existência de semelhanças acerca dos resultados das medidas de política de gestão do endividamento adotadas durante os 5 mandatos presidenciais exercidos por 3 diferentes presidentes, que lideraram coalizões partidárias formalmente distintas. Tratava-se de comprovar se governos, em tese, programática e ideologicamente distintos, convergiam no que tange a esta questão econômica fundamental e que tem desdobramentos no plano das relações entre as classes sociais.

Para isso, utilizou-se a Análise Discriminante, que objetiva rotular os dados em classes de acordo com as semelhanças apresentadas por eles. Os resultados mostraram que, em grande medida, tendo em vista as variáveis inerentes à gestão da dívida pública apresentadas no Quadro 2, as decisões do Banco Central e do Tesouro Nacional convergiram para uma posição qualitativamente indistinguível entre os mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A única exceção foi o estoque da dívida por indexador, que diferiu significativamente entre os governos, denotando as diferenças nas diretrizes da efetivação do endividamento.

As informações agrupadas pelo critério de vizinhança entre os dados mostram uma tendência acentuada para a homogeneização das decisões relativas à gestão da dívida pública, as quais contribuíram decisivamente para a preservação, sem nunca ameaçar, da posição hegemônica da fração da classe dominante associada ao capital financeiro. Nota-se, portanto, que, apesar do discurso de repulsão ao neoliberalismo e de combate à predominância do capital financeiro sobre os demais setores da economia, os mandatos dos presidentes ligados ao PT (Lula e Dilma), no período em questão, pouco diferiram dos mandatos exercidos por um presidente (FHC) vinculado ao PSDB no que concerne ao tratamento dado, entre outros aspectos, às seguintes variáveis: Juros Nominais, Resultado Primário, Receitas e Despesas Financeiras, Endividamento Mobiliário Interno Líquido e Encargos Totais da Dívida.

Obviamente, não é possível afirmar a inexistência de medidas distintas colocadas em prática pelos governantes aqui avaliados. De fato, elas ocorreram; mas, podemos argumentar que as mesmas procederam muito mais de aspectos

inerentes a conjunturas particulares do que a inflexões relativamente à tendência geral constatada de homogeneização dos referidos mandatos em torno da questão da dívida pública. Por exemplo, ao invés de protrusão com o modelo implementado nos governos FHC, o estudo aqui empreendido mostrou que as diferenças entre as gestões econômicas petistas e tucanas podem ser classificadas como pouco relevantes, de tal forma que, pode-se afirmar, ao contrário da ruptura, ocorreu uma sedimentação da orientação neoliberal consolidadora da posição privilegiada do segmento financeiro.

Evidentemente, as conclusões aqui exaradas podem estar sujeitas a críticas se consideradas a partir de uma base metodológica cujo conteúdo seja aderente ao escopo da teoria econômica dominante (a teoria neoclássica em geral, ou o *mainstream* econômico). Contudo, a análise e crítica aqui desenvolvidas acerca do objeto selecionado foram pautadas, como anunciamos previamente, na noção de *Economia Política*, o que implica que a leitura dos acontecimentos deve necessariamente resultar em conclusões distintas, posto que os recortes e abstrações são, não apenas de forma, mas, sobretudo, de conteúdo diferentes.

Por um lado, a teoria econômica ideologicamente sustentadora do capitalismo afirma que conceitos tais como *plano de ajuste econômico* (o Plano Real), *âncora cambial*, *câmbio flutuante*, *metas de inflação* e *superávit primário*, transformados em medidas práticas durante as gestões presidenciais tucanas e preservadas, com certas atenuações, durante os mandatos petistas, possuem um caráter virtuoso e benéfico para toda a sociedade. Por outro, a Economia Política nos indica que as consequências das mesmas representaram uma determinada configuração no plano das relações entre as classes (e suas frações) com consequências socioeconômicas substantivamente desiguais, não apenas para as classes dominantes, como também para as classes dominadas. Assim, afirmamos que não há uma “teoria econômica” neutra.

Enfim, sem esgotar o tema, acredita-se ter comprovado que, no que tange à gestão da dívida pública, os mandatos presidenciais inscritos no período entre 1995 e 2014 atuaram, no geral, de maneira uniforme. Isto significa que este aspecto da política econômica reforça a tese da predominância da fração financeira da classe burguesa, ou do setor financeiro, no espectro do bloco do poder em vigência no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ADOLPH, C. *Bankers, Bureaucrates, and Central Bank Politics: The myth of neutrality*. New York: Cambridge Press, 2013.
- ALMEIDA, L. M. L. Políticas públicas e LOA de 2014: comparando os gastos ligados à "gestão" da dívida pública federal com os das áreas sociais. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 12, p. 1-24, dez. 2015.
- ALTMAN, E. I.; MARCO, G.; VARETTO, F. Corporate distress diagnosis: Comparisons using linear discriminant analysis and neural networks (the Italian experience). *Journal of Banking & Finance*, v. 18, n. 3, p. 505-529, 1994.
- BIN, D. *Dívida Pública, Classes e Democracia no Brasil Pós-Real*. 2010. Tese (Tese em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BISHOP, C. M. *Pattern recognition and machine learning*. New York: Springer, 2006.
- BOITO JR., A., BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013.
- BOITO JR., A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., A.; GALVÃO, A. (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2012.
- CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CODATO, A. N.; CAVALIERI, M.; PERISSINOTTO, R.; DANTAS, E. G. Mainstream Econômico e Poder: Uma Análise do Perfil dos Diretores do Banco Central do Brasil nos Governos do PT e do PSDB. *Nova Economia*, No prelo, 2016.
- CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R. M. O estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. *Crítica Marxista*, n. 13, p. 9-28, 2001.
- DUDA, R. O.; HART, P. E.; STORK, D. G. *Pattern classification*. 2 ed. New York: Wiley-Interscience, 2001.
- ENAS, G. G.; CHOI, S. C. Choice of the smoothing parameter and efficiency of k-nearest neighbor classification. *Computers and Mathematics with Applications*, n. 12A, p. 235-244, 1986.
- FERREIRA, A. C. *Os donos da dívida: um enfoque sociopolítico da dívida pública interna durante o Governo FHC*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

- FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, E. M.; Arceo, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C. M. B.; BALANCO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos Governos Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- GUILLÉN, A. Claves para el análisis del capitalismo contemporáneo. *Revista Ola Financiera*, v. 4, n. 8, p. 46-54, jan.-abr. 2011.
- HASTIE, T.; TIBSHIRANI, R.; FRIEDMAN, J. *The Elements of Statistical Learning: Data Mining, Inference, and Prediction*. 2 ed. New York: Springer Series in Statistics, 2009.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985.
- LEI, Z.; LIAO, S.; JAIN, A. K.; LI, S. Z. Coupled discriminant analysis for heterogeneous face recognition. *Information Forensics and Security, IEEE Transactions on*, v. 7, n. 6, p. 1707-1716, 2012.
- LÊNIN, V. I. Uma grande iniciativa. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, 1980, v. 3
- _____. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: *Obras Escolhidas em seis tomos*. Lisboa: Avante; Progresso, 1984, v. 2.
- LIANG, L.; WU, D. An application of pattern recognition on scoring Chinese corporations financial conditions based on backpropagation neural network. *Computers & Operations Research*, v. 32, n. 5, p. 1115-1129, 2005.
- LIN, F. Y.; MCCLEAN, S. A data mining approach to the prediction of corporate failure. *Knowledge-based systems*, v. 14, n. 3, p. 189-195, 2001.
- LOUREIRO, M. R. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- NAKANO, Y. O regime monetário, a dívida pública e a alta taxa de juros. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 59, n. 11, p. 10-12, 2005.
- MILANEZ, K. D. T. M.; Pontes, M. J. C. Classification of edible vegetable oil using digital image and pattern recognition techniques. *Microchemical Journal*, v. 113, p. 10-16, 2014.
- MINELLA, A. *Banqueiros: Organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: Anpocs; Espaço e Tempo, 1988.

- _____. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: A rede transassociativa no ano de 2006. *Revista de Sociologia e Política, Curitiba*, n. 29, p. 31-56, jun. 2007.
- _____. Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 80-94, 1996.
- NOVELLI, J. M. N. *Burocracia, dirigentes estatais e ideias econômicas: um estudo de caso sobre o Banco Central do Brasil (1965 – 1998)*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- OLIVIERI, C. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 147–168, nov. 2007.
- PINTO, E. C.; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, 2014, p. 39-60, 2014.
- POULANTZAS, N. As classes sociais. *Estudos CEBRAP*, n. 3, p. 6-39, s./d.
- _____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1980.
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- OLIVEIRA, N. Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado. São Paulo: Edições Loyola/CEAS, 2004.
- RENCHER, A. C. *Multivariate Statistical Inference and Applications*. New York: Wiley, 1998
- _____. *Methods of Multivariate Analysis*. 2 ed. New York: Wiley, 2002.
- ROCHA, K. L. Estrutura institucional e eventos recentes na administração da dívida pública federal. In: SILVA A.; CARVALHO L.; MEDEIROS, O (Orgs.). *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília: STN/Banco Mundial, 2009.
- SABADINI, M. S. Sobre o conceito de capital financeiro (I). *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política*. Rio de Janeiro: SEP, 2012.
- SILVA, A. C.; CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília: STN/Banco Mundial, 2009.
- STN (Secretaria do Tesouro Nacional). *Títulos da Dívida Interna*. 2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/titulos-da-divida-interna>>, acesso em: 05 set. 2015.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 909-941, 2012.

WU, D.; LIANG, L.; YANG, Z. Analyzing the financial distress of Chinese public companies using probabilistic neural networks and multivariate discriminate analysis. *Socio-Economic Planning Sciences*, v. 42, n. 3, p. 206-220, 2008.